

Pobreza por subtração: A festa, de Ivan Ângelo¹

Frans Weiser²

Escrever o que nesta terra de merda? Tudo que eu começo a escrever me parece um erro, como se estivesse fugindo do assunto. Que assunto? Merda!

E quem disse que isso é responsabilidade minha?

Ivan Ângelo

Em “Nacional por subtração” (1987), Roberto Schwarz analisa como a imitação de modelos culturais estrangeiros no Brasil e sua subsequente (re)avaliação têm representado tentativas de teorizar a identidade nacional durante o século XX. A noção de subtração de Schwarz se refere ao papel que os grupos marginais têm tido no discurso dominante, haja vista que este frequentemente tolhe a participação daqueles. O crítico nota, por exemplo, que, enquanto nacionalistas e marxistas formaram constelações políticas opostas durante os anos 1960, os dois grupos compartilharam a mesma visão no sentido de eliminar qualquer componente que não fosse indígena, embora esse acordo tenha sido efetivado mais com a intenção de erradicar modelos europeus do que de realmente sugerir a participação indígena na formação do país (Schwarz, 1987, p. 33).

Recorrendo à crítica literária, Schwarz salienta que os comentários de Sílvio Romero de 1897 acerca de Machado de Assis (por este ter supostamente copiado modelos europeus) presumem que a elite representa a maioria da população brasileira, quando na verdade a maioria é constituída por pessoas que não têm acesso à educação formal e, conseqüentemente, a ideias estrangeiras. Oferecendo outro exemplo como modo de ilustração, Schwarz afirma que a maneira por meio da qual os antropófagos celebram a cópia de artefatos culturais estrangeiros como um ato de canibalização incorre em outro extremo, a saber, em uma falta completa de especificação de classe, dirigida a um brasileiro abstrato inexistente, uma vez que “a analogia com o processo digestivo nada esclarece da política e estética do processo cultural contemporâneo” (Schwarz, 1987, p. 38). Em modo de esclarecimento, é importante frisar que a história da antropofagia é complexa, e caracterizá-la simplesmente como um ato de imitação é reduutivo. A intenção de Schwarz no seu ensaio não é criar uma história da antropofagia, mas sim historizar as diferentes respostas culturais com relação à posição dos valores europeus na cultura latino-americana;

¹ O autor agradece a Cecília Rodrigues pela colaboração na tradução deste artigo

² Professor visitante na University Of GeorgiaAthens, Georgia, Estados Unidos.

E-mail: frweiser@uga.edu

portanto, o crítico não considera a totalidade do fenômeno, somente seus vínculos com o pensamento anterior que aderiu a modelos estrangeiros sem reconhecer os problemas acerca da sua implementação. Dessa maneira, Schwarz argumenta que as tentativas recorrentes de se exporem as convenções ocultas do transplante cultural conduzem a uma série de problemas, dois dos quais são particularmente relevantes ao escopo da literatura analisada no presente ensaio. Em primeiro lugar, tais aproximações apresentam como problemática nacional o que se refere somente ao comportamento da classe dominante; e, em segundo, tais classificações desnorream os esforços críticos ao focar a relação entre as elites e o modelo imitado, quando na verdade o que está em jogo é a exclusão dos pobres do universo da cultura contemporânea (Schwarz, 1987, p. 47).

Seguindo o argumento de Schwarz de que a subtração do subalterno tem sido um aspecto fundador na teorização da cultura brasileira por parte dos críticos literários, este ensaio sustenta que *A festa* ([1976] 1978) de Ivan Ângelo, escrito uma década antes da publicação do artigo de Schwarz, pode ser lido como uma crítica antecedente desses processos excludentes caracterizados pelo teórico, por sua vez exemplificando o que poderia ser denominado de “literatura da pobreza por subtração.” O romance, que destaca tanto a opressão militar em Belo Horizonte contra os retirantes da seca no nordeste do Brasil como o isolamento social da elite diante da grave realidade nacional, utiliza estrategicamente a eliminação do discurso da pobreza para interrogar de que maneira a inclusão social é analisada e discutida em foros públicos. Ângelo propositadamente chama atenção à exclusão das vozes marginais (uma exclusão que o romance mesmo reproduz de modo irônico), questionando no processo a interseção entre engajamento social e história literária. Antes de analisar as estratégias autorreflexivas que Ângelo utiliza para subverter a autoridade da literatura e da mídia, é necessário fazer um parêntese para contextualizar a interseção supramencionada em relação à literatura sobre pobreza no Brasil.

Discursos científicos e literários sobre a pobreza

Na maioria das culturas, fome e pobreza são interpretadas como sinais de miséria absoluta. No entanto, o que se entende por pobreza relativa gera discussão entre acadêmicos, já que as condições de exclusão não só fazem referência às sociedades onde acontecem, mas também podem ser significativamente mais altas dependendo do país. Assim, enquanto a pobreza é reconhecível em termos visuais, as definições predominantes que

caracterizam essa condição como situação na qual as necessidades básicas dos indivíduos são tratadas inadequadamente (Rocha, 2003, p. 9) tendem a ser genéricas demais³. Várias sociedades no século XX testemunharam a evolução do conceito, de maneira que “a pobreza é entendida agora não mais como uma ameaça à existência física (pobreza de subsistência) mas como a situação de pessoas que não atingem o padrão de vida comum à sua sociedade e que, por isso, são incapazes dela participar” (Engbersen, 1999, tradução nossa). Portanto, a capacidade participatória dos menos favorecidos na educação e na mídia continua a ser uma questão central na tentativa de lhes conferir voz.

Ironicamente, os países em desenvolvimento, onde desigualdade e pobreza são mais salientes, têm historicamente se recusado a reconhecer publicamente tais disparidades. A preocupação em fazer com que esses problemas ocultos ganhem visibilidade se encontra no cerne dos debates reformistas contemporâneos, que começaram em grande parte na década de 1970 com vários cientistas sociais em países desenvolvidos (Rocha, 2003, p. 11) — em outras palavras, indivíduos relativamente privilegiados pesquisando desde países relativamente desenvolvidos. Embora a análise da pobreza seja mais frequentemente entendida como relativa ao âmbito das ciências sociais, Engbersen estabelece cinco tipos de discurso sobre a pobreza que englobam uma variedade de disciplinas: linguagem burocrática que focaliza a demarcação dos limites da pobreza; linguagem moralizante que distingue entre grupos que merecem ou não caridade; linguagem acadêmica cuja articulação técnica termina separando as causas da pobreza dos indivíduos pobres; linguagem dramática que tenta evocar apoio público; e o discurso dos pobres mesmos (Engbersen, 1999). O último exemplo é o único que permite a possibilidade de os marginalizados participarem na discussão, já que usualmente esses grupos excluídos não são capazes de identificar sua realidade vivida no discurso tão técnico e desumanizador das outras quatro linguagens. Dito de outra forma, ao expressar a tentativa de participar, o discurso autorreferencial da pobreza — produzido pelos membros dentro do dito grupo — pode ser entendido até certo ponto como uma negação dos outros tipos de linguagem que Engbersen identifica.

³ Rocha observa que a tentativa de definir as características essenciais da pobreza requer parâmetros contextuais e analíticos para que tenha valor prático: “É generalizada, atingindo a maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são seus determinantes? É um fenômeno crônico ou está associado a mudanças econômicas e tecnológicas?” (Rocha, 2003, p. 10).

O significado da “pobreza” na literatura brasileira

Além de ter produzido uma plataforma para valer-se de discussões sobre a pobreza, a prática literária tem reproduzido as mesmas dinâmicas de poder que a tipologia de Engbersen salienta. Possivelmente como consequência dos importantes passos tomados pelas ciências sociais na década de 1970, os críticos literários começaram a reconhecer a importância que tinha a introdução da marginalidade e desigualdade através da literatura no debate público para dar forma tanto às atitudes nacionais como à história do Brasil – embora a tendência tivesse sido a de reconhecer escritores ou textos individuais, em vez de entender tais representações como sintomáticas de um fenômeno coletivo. Apesar de Kathleen Newman se referir à história literária da América Hispânica, sua afirmação de que as representações literárias sobre a pobreza e os pobres quase não têm sido mencionadas em índices de histórias literárias até hoje (Newman, 2004, p. 209) sugere um padrão condizente aos processos históricos gerais na América Latina⁴. Os estudos culturais e o surgimento da narrativa de testemunho⁵ ajudaram a mudar o enfoque das considerações literárias primariamente internas ou estéticas para os fatores externos, incluindo a relação interdependente entre condição social e influências econômicas, raciais e governamentais. Porém, as observações de Newman ressaltam a importância das tentativas coletivas iniciais de teorizar a relação entre literatura e pobreza como uma categoria primária de análise. A coleção organizada por Roberto Schwarz na década seguinte, *Os pobres na literatura brasileira* (1983), é emblemática desta nova consciência.

A introdução com a qual Schwarz inicia a obra é baseada em interrogações contemporâneas do par binário centro-periferia e demonstra a tentativa de examinar a pobreza como violência social, em vez de apresentá-la

⁴ Ver, por exemplo, o artigo de Teles “Historiografia Literária no Brasil” em *Contramargem*, que cataloga os mais importantes exemplos da história literária no Brasil de 1826 a 2000. O crítico nota uma tendência geral de reafirmar a literatura nacional através da busca por origens únicas na produção literária brasileira (Teles, 2002, p. 11-28), imaginando, portanto, uma abstração mais de inclusão do que exclusão.

⁵ Silva argumenta que, enquanto há uma grande produção literária sobre narrativa de testemunho na América Hispânica desde a década de 1960, pouco tem sido explorado sobre o testemunho no Brasil (Silva, 2008, p. 50). Newman aponta que as histórias literárias publicadas desde os anos 1990 não diferem daquelas publicadas no meio do século; a dimensão política da literatura é bastante explorada, apesar de autorrepresentações da pobreza nunca constituírem “uma categoria de análise primária” (Newman, 2004, p. 210).

em termos reduzidos como se fosse uma condição humana perpétua. O crítico lembra o leitor de que “as crises da literatura contemporânea e da sociedade de classes são irmãs, e que a investida das artes modernas contra as condições de sua linguagem tem a ver com a impossibilidade progressiva, para a consciência atualizada, de aceitar a dominação de classe” (Schwarz, 1983, p. 8). Em vez de apresentar análises sobre escritores ou obras engajadas reveladoras das estruturas da marginalidade, os 35 ensaios breves que compreendem esse volume são reunidos com a intenção de criar uma perspectiva panorâmica das múltiplas maneiras por meio das quais a atenção dirigida (ou não dirigida) aos menos favorecidos vem determinando historicamente a literatura brasileira⁶. Desse modo, os ensaios, organizados cronologicamente, não somente cobrem várias mudanças temporais mas também traçam movimentos importantes nas letras brasileiras, desde a literatura colonial dos séculos XVIII e XIX na obra de Machado de Assis, José de Alencar e Castro Alves até a série de mudanças no século XX, a saber, as obras modernistas da primeira metade do século XX, os testemunhos de Carolina Maria de Jesus – que marcam a mudança até a segunda parte do século – e inclusive as letras da música contemporânea de Chico Buarque.

Com certeza seria impossível representar completamente ou inclusivamente todas as facetas da pobreza na literatura, mas uma categoria visivelmente ausente do volume é a dos escritores contemporâneos das décadas de 1970 e 1980, cuja obra é representativa das mesmas preocupações humanistas e dos mesmos sentimentos que animam os críticos da coleção a reavaliar os vínculos sociais entre representação e marginalidade. Os contos de Rubem Fonseca são uma óbvia omissão, mas um escritor ausente que expressa consciência do discurso sobre a marginalidade e a exclusão social é Ivan Ângelo, especialmente em seu romance *A festa* (1976). O livro, que narra a interrupção de uma festa de *socialites* pela polícia em Belo Horizonte na esteira de uma rebelião de retirantes do Nordeste do Brasil (quando estes são forçados brutalmente a entrarem em trens com o intuito de mandá-los de volta ao sertão), pode ser interpretado em vários níveis, porque a noção de “festa” se encontra impregnada de referências alegóricas. A primeira é revelada pelo uso por parte de Ângelo da letra da

⁶ Contrariamente à narrativa histórica, o tipo tradicional de história literária que tem evoluído desde o século XIX, o volume *Os pobres* pode ser classificado de acordo com o que Perkins denomina de “enciclopédia pós-moderna” (Perkins, 1992, p. 53-60), uma história literária fragmentada que enfatiza a perspectiva em detrimento da coesão histórica; consistindo de escritores diversos ou de vários artigos sobre temas múltiplos.

canção de Chico Buarque, “Gota d’água” (que não tem nenhuma conexão com a música de Buarque analisada em *Os pobres na literatura brasileira*):

Olha a voz que me resta
Olha a veia que salta
Olha a gota que falta
Pro desfecho da festa

Aliás, o fim da celebração parece referenciar de modo sarcástico a ignorância e o desengajamento das classes média e alta das condições de pobreza que os rodeiam, um subtexto que o romance confirma rapidamente. Contudo, em vez de realçar o encontro violento entre as classes marginais e burguesas como Fonseca frequentemente faz em suas narrativas da mesma época, o quebra-cabeça que Ângelo escreve nunca apresenta a festa prometida no título, somente os eventos que conduzem até o que mais tarde vai resultar da dita celebração. Além disso, a situação dos retirantes, ignorada pelos participantes da festa, também não é narrada diretamente, mas revelada indiretamente (de novo, a propósito) através de trechos de reportagens de jornal — o que quer dizer que sempre se trata de informação de segunda mão. Enquanto o romance, de maneira sarcástica, claramente apoia os direitos dos nordestinos, desde uma perspectiva estrutural o texto parece trabalhar contra a tipologia dos cinco discursos que Engbersen estabelece. Devido tanto à negação da linguagem dos pobres como à crítica da linguagem burocrática e acadêmica, pode-se considerar *A festa* como um exemplo de literatura da pobreza por subtração.

A alusão ao famoso artigo de Roberto Schwarz “Nacional por subtração” é feita porque uma das dificuldades fundamentais em indagar sobre o papel da marginalidade é identificar quais fatores — econômicos, sociais ou de gênero — exatamente a compreendem, uma vez que os graus dependem do referente e do grupo social em questão. Ou seja, ser um escritor marginalizado pela sociedade literária não implica nas mesmas consequências pessoais que ser um indivíduo marginalizado pela sociedade em geral. Como Newman implicitamente observa, discussões sobre a pobreza devem levar em conta a distinção entre representações da pobreza e autorrepresentações produzidas pelas próprias pessoas marginalizadas. Esses dois posicionamentos extremos do escritor-sujeito são evidentes em *Os pobres na literatura brasileira*. Apesar de ser avaliada a dupla marginalização (étnica e de gênero) do livro *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, e a marginalização econômica e geográfica da literatura de cordel do sertão, a maioria dos escritores na coleção de Schwarz es-

tão mais preocupados com as relações internas da literatura do que com fatores externos que determinam sua produção.

Assim, por exemplo, Haroldo de Campos entende a pobreza em termos puramente estéticos; ele utiliza a caracterização negativa feita por Silvio Romero sobre o “estilo pobre” de Machado de Assis para traçar como essa literatura “empobrecida” na verdade indicava uma constante na obra dos escritores mais importantes do século XX (Campos, 1983). Essa posição poderia se estender às observações socialmente imbuídas que fazem Schwarz e Santiago sobre a literatura do século XIX na coleção. Schwarz sugere que a representação do trabalhador falido e miserável em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) é um dos maiores momentos da história da literatura brasileira, um exemplo em que “a pobreza está descrita em seu ciclo regrado, por assim dizer funcional, e que não falta método a seu absurdo. Neste sentido ela tem sim uma finalidade, ainda que humanamente insustentável, a de reproduzir a ordem social que é sua desgraça... é preciso acrescentar também o gozo que tanta inferioridade proporciona à superioridade social do narrador” (Schwarz, 1983, p. 49-50). Em contraste com essa análise do papel do narrador dentro do texto de Schwarz, Santiago alude aos preconceitos que formam as atitudes dos escritores do mesmo século, especialmente quando o discurso romântico recorre a imagens pitorescas para representar a pobreza. O crítico esclarece que o “pitoresco é a condição do ‘pobre’ quando ele não chega a ser representado em si, mas mascarado pelo tom rústico, que o relaciona positiva e diretamente com o fausto infeliz e citadino da riqueza” (Santiago, 1983, p. 31). Essa prática, no entanto, não se limita aos Românticos, haja vista sua perpetuação através das imagens estereotípicas do cinema do século XX em outras regiões da América Latina.⁷ A questão, portanto, é se existe um modo de superar a desconexão entre os escritores que produzem desde a posição da elite e os pobres que tipicamente são excluídos das suas próprias representações.

O discurso da pobreza por subtração

Em *A festa*, Ângelo procura encarar tal desafio. Além de intercalar preocupações estéticas e sociais, o escritor subverte os pares binários de civilização/barbárie e riqueza/pobreza, encontrando um equilíbrio entre ambos os problemas identificados por Schwarz e Santiago, a saber, a

⁷ Lienhard aponta as discrepâncias entre as preocupações evidenciadas na escrita de Juan Rulfo e no cinema mexicano contemporâneo que utiliza a pobreza como pano de fundo para melodramas e tragédias (Lienhard, 2006, p. 20, 34-5).

superioridade inerente expressa pela figura do narrador e as representações pitorescas que são problematicamente adotadas por escritores da classe média que retratam os marginalizados como se estivessem contentes com sua condição de “pobreza inocente.” Na primeira seção do romance, “Documentário (sertão e cidade, 1970)”, Ângelo essencialmente reescreve *Os sertões* (1901) de Euclides da Cunha em um cenário contemporâneo ao inverter o movimento original do texto da cidade ao campo para documentar a emigração dos nordestinos ao centro urbano de Belo Horizonte. Os retirantes do grupo acreditam que seu líder, Marcionílio de Mattos, no espírito de Antônio Conselheiro, possui poderes religiosos quando ele organiza uma insurreição contra a polícia, que tenta forçar os 800 retirantes a entrarem em trens de volta ao sertão. Ângelo torna explícita a conexão com o livro de Cunha; tal fato é observado através de uma série de trechos de *Os sertões* junto com reportagens de jornais do século XIX, memórias de viajantes europeus, estudos sobre o cangaceiro Lampião e também uma variedade de documentos inventados, incluindo a certidão de nascimento de Mattos e depoimentos sobre ele (feitos na delegacia após a rebelião).

No entanto, através de uma ironia não muito sutil, salvo em um ou dois fragmentos breves de testemunho, nem os retirantes nem Mattos recebem a oportunidade de narrar sua experiência pessoal. Fiel a seu título, a seção mais parece um arquivo caleidoscópico de recursos documentais, uma vez que as informações sobre a insurreição na estação de trem e as tentativas da polícia de prender os infratores são apresentadas ao leitor através de uma série de trechos de jornal (ficcionais) que são visivelmente parciais em apoio ao poder do governo. Contudo, um editor não identificado informa o leitor após o primeiro relato jornalístico que se trata de um “trecho da reportagem que o diário ‘A Tarde’ suprimiu da cobertura dos acontecimentos da praça da Estação, na sua edição do dia 31 de março de 1970, atendendo solicitação da Polícia Federal, que alegou motivos de segurança nacional” (Ângelo, 1978, p. 16, *itálico no original*). Apesar de o segmento imbuído de censura ser apresentado em termos objetivos, quando o último trecho da primeira seção do livro surge, essa pretensa objetividade é questionada, uma mudança que coloca a versão oficial sob suspeita:

Após empreender espetacular fuga do xadrez do DOPS, Marcionílio, o frustrado líder camponês que há três meses tentou trazer a subversão do campo para cidade, chefiando um verdadeiro regimento de famintos, em conexão com extremistas da Capital, arrebatou a arma de um policial, imobilizou a guarda, ganhou o saguão do DOPS e correu pela avenida Afonso Pena abaixo, atirando em seus

perseguidores. Um tiro de um dos que corriam em sua perseguição atingiu Marcionílio na cabeça, que caiu já sem vida.

(Notícia publicada em uma coluna, na décima-segunda página do jornal 'Correio de Minas Gerais', em 7 de junho de 1970.) (Ângelo, 1978, p. 27).

Novamente, o editor direciona a interpretação do leitor ao indicar em itálico que a história foi ocultada, escondida na última seção do jornal, sendo essa informação um exemplo por si mesmo de linguagem burocrática. A intenção dessa estratégia, que distancia temporalmente a narrativa dos eventos, é claramente encorajar o leitor a questionar os propósitos retóricos da escrita autoritária por meio da explicitação dos discursos moralizante e burocrático que a compõem, independente de qual poder a esteja utilizando. Pela mesma razão, ao proibir o subalterno de falar, Ângelo não constrói uma imagem pitoresca no sentido romântico. Precisamente por ressaltar como o jornalismo é censurado e controlado durante o regime militar, o romancista pode destacar o fato de que a história dos migrantes nunca é contada, mas sim propositalmente silenciada e distorcida.

Dessa maneira, ao eliminar a participação do subalterno, Ângelo chama atenção para sua ausência. Adicionalmente, o escritor cria um paralelo: do mesmo modo que ironicamente usa a linguagem jornalística para mostrar que os artigos do jornal reproduzem a ideologia do regime militar, o romance também comunica seu apoio às vítimas do massacre policial sem fazer abertamente reivindicações em seu nome. Essa presença na ausência sugere um modo de escritura da literatura da pobreza por subtração, porém Ângelo realiza essa tarefa de maneiras adicionais ao minar o papel privilegiado do narrador que Schwarz critica. As últimas duas seções do romance são também as mais longas, a penúltima é intitulada "Antes da festa (vítimas dos anos 60)" e a última, "Depois da festa (índice dos destinos)", sendo esta uma espécie de índice que não somente corresponde às páginas onde aparecem as personagens mas também narra seus destinos nos anos seguintes à celebração, cuja data coincide com o sexto aniversário do golpe de estado em 1964, detalhe bem sugestivo.

Em vez de interpolar documentos falsos e verdadeiros na narrativa (como se observa na seção "Documentário"), "Antes da festa" introduz várias "anotações do escritor", que aparecem no meio da narração em terceira pessoa sobre outro elenco de personagens, inserindo inclusive o escritor ficcional como uma delas. As anotações, que parecem se referir literalmente à experiência de escrever *A festa*, não somente servem como marcos que ajudam o escritor ficcional a urdir sua trama mas também são dirigidas ao leitor e funcionam como pistas para solucionar a charada

criada por Ângelo. De fato, uma das anotações se refere a essa prática de maneira consciente:

Anotação do escritor:

Incluir em Antes da Festa várias “anotações do escritor” (inclusive esta). São projetos, frases, ideias para contos, preocupações literárias, continhos relâmpagos, inquietações. Assim, o escritor seria... personagem principal da história que está escrevendo. Personagem involuntário, porque é “outro autor” – ele mesmo, ou o homem que ele viria a ser, convivendo artificialmente no tempo e no espaço com o homem que tinha sido – é “outro autor” quem junta os pedaços, desconexos de suas anotações (Ângelo, 1978, p. 117-8).

As instruções produzem o efeito de alertar o leitor dos múltiplos níveis de escritura e narração que se realizam e entrelaçam simultaneamente. O livro não tenta apresentar um relato objetivo, mas sim alertar os leitores sobre a aceitação da ficção literária como discurso dramático ou moralizante. De fato, em outra anotação na qual discorre sobre a pesquisa empreendida, o escritor ficcional justapõe discurso ficcional e linguagem acadêmica, ressaltando a diferença entre etnografia e a dívida do romance para com práticas literárias:

Anotação do escritor:

Epígrafe? “Verifica-se que 1 por cento da população brasileira participa da renda nacional com uma renda bruta total que é superior do total da renda de 80 por cento de brasileiros; isto é, que quase novecentos mil brasileiros ganharam em 1970 uma quantia maior do que a que perceberam 72 milhões de brasileiros; portanto, a renda de 1 por cento de brasileiros é maior do que a soma da renda de 80 por cento” (Ângelo, 1978, p. 129).

Ainda que a anotação forneça essa estatística, a informação nunca aparece no livro fora da referência do autor. Em vez de oferecer dados, Ângelo termina suprimindo-os, exatamente como os oficiais suprimem as personagens que habitam a narrativa. O escritor também evita representar o narrador como se fosse superior aos retirantes ou um herói em qualquer sentido. Inicialmente, o narrador é tão socialmente alienado quanto os indivíduos que participam confortavelmente da celebração enquanto uma espécie de guerra civil aflige a cidade. Na penúltima anotação do escritor (Ângelo, 1978, p. 131-132), o escritor ficcional explica que, junto com os outros membros que trabalham para o suplemento literário do jornal local, ele dribla com sucesso a barricada de soldados onde o líder dos

retirantes está sendo entrevistado. É precisamente nesse momento que se observa a concatenação de engajamento social e produção literária, já que o narrador, através de uma entrevista como representante do grupo subalterno, finalmente reproduz as palavras dos próprios marginalizados. É a única vez que Mattos é citado diretamente em todo o romance. É surpreendente que não seja o escritor ficcional quem entrevista o líder ou quem media suas palavras, mas sim um jornalista. O papel do narrador compreende simplesmente observar o discurso dos pobres, notando pouco depois que sua própria tentativa de escrever literatura é um fracasso. Longe de demonstrar superioridade, o escritor-narrador põe em primeiro plano suas próprias limitações que não o permitem julgar ninguém a não ser ele mesmo. Em vez de atribuir importância à ficção ou ao escritor, Ângelo a elimina.

A celebração ausente

Em última instância, Ângelo tenta ressaltar que todas as classes são interdependentes; suprimir ou subtrair um grupo da sociedade invariavelmente terá consequências para todos. Talvez o exemplo mais evidente de subtração na estrutura do romance seja o vácuo existente na narrativa, uma vez que esta salta do momento anterior à festa para o instante posterior ao seu final. O escritor ficcional, no índice com o qual termina o livro, explica a falha da sua estratégia a um interlocutor, dizendo que “[o] fracasso que eu digo está no miolo, que não existe. O livro se dividia originalmente em três livros separados: Antes da Festa, A Festa e Depois da Festa... Depois da Festa seria o inferno do tríptico. Mas então, como eu ia dizendo: falta a festa” (Ângelo, 1978, p. 167).

Mas por que Ângelo chamaria atenção a essa lacuna? Como foi previamente estabelecido, o apagamento narrativo da pobreza ridiculariza a supressão pública por parte do governo da condição da pobreza, especificamente a distorção de fatos verídicos para justificar a violência militar. O papel do narrador também é interrogado; lacunas são evidenciadas na narrativa e a objetividade das personagens, inclusive a do escritor ficcional, é comprometida. *A festa*, como se observa, resulta ser uma celebração por subtração. Esta ambiguidade permite que o título sarcástico do romance vincule alegoricamente a celebração com a prática de exclusão por parte da classe alta. O índice na última seção, “Depois da festa”, fornece uma descrição bastante perturbadora das consequências dos eventos, onde tanto os que participam da rebelião como os que comparecem à festa sofrem da mesma violência policial. Alguns morrem, outros testemunham a

destruição de seus empregos e imagens públicas. De fato, no ano seguinte, a mesma celebração de aniversário é invadida por uma gangue de jovens que assalta e estupra os convidados antes de ir embora repentinamente. Ao invés de explicar o ocorrido, a derradeira frase do livro é breve (“Foi a última festa”, Ângelo, 1978, p. 193). Embora pareça se referir a mais do que uma simples reunião interrompida, a frase alude a uma mudança no âmbito nacional brasileiro em termos da violência entre classes sociais. O discurso sobre a pobreza, Ângelo sugere, não precisa ser mediado em termos burocráticos ou literários para participar da discussão gerada por e para as classes dominantes; o discurso marginalizado é narrado através dos confrontos que se expandem de um lado a outro das divisões sociais.

A análise de Schwarz, ao vincular a cultura brasileira a diversas formas de imitação, se mostra profundamente crítica da inabilidade daquela de incluir a classe social mais numerosa do país. Por adotar uma estratégia de subtração semelhante, o próprio acercamento de Ângelo é tanto irônico como interrogativo. Enquanto ele inicialmente convida o leitor a crer na ilusão de que se trata de uma obra etnográfica ou de testemunho, Ângelo rapidamente subverte os poderes de ambos os discursos de ficção e não ficção como maneira de representar a pobreza, estendendo essa lógica ao extremo de impedir que o debate ocorra abertamente na sua própria narrativa. Embora a negação física da marginalidade seja impossível, o jornalismo e as reportagens burocráticas presentes n’*A festa* tentam camuflar seus referentes. Concomitantemente, ao desafiar uma classificação fácil de gênero, o romance não só comunica as complexidades das relações sociais mas também evita apoiar unicamente os discursos enumerados por Engbersen que tratam a pobreza como um objeto (burocrático, acadêmico, moralizante ou linguagem dramática). De fato, como *A festa* esclarece, em termos da pobreza e dos marginalizados, sua forma de representação mais comum tem sido ironicamente a falta de representação. O romance nos oferece um retrato assustador do que pode acontecer quando os grupos dominantes e os que batalham pelas suas necessidades básicas decidem ambos ter uma atitude participatória, não através de mediação escrita ou visual, senão através do excesso de violência.

Referências

- ÂNGELO, Ivan ([1976]1978). *A festa*. 3. ed. São Paulo: Summus.
- CAMPOS, Haroldo de (1983). Arte pobre, tempo de pobreza, poesia menos. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- ENGBERSEN, Godfried (1999). Definitions of distress: who are you calling poor? *Le Monde Diplomatique English Edition*, Paris, 6 set.. Disponível em: <<http://mondediplo-com/1999/09/06poverty>>.

- LIENHARD, Martin (2006). La pobreza: un escándalo. In: *Discursos sobre (l)a pobreza: América Latina y/é países luso-africanos*. Madrid: Iberoamericana.
- NEWMAN, Kathleen (2004). Poverty in the history of literary cultures. In: VALDES, Mario; KADIR, Djelal. *Literary cultures of latin America*. v. 1. New York: Oxford University Press.
- PERKINS, David (1992). *Is literary history possible?* Baltimore: John Hopkins University Press.
- ROCHA, Sonia (2003). *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SANTIAGO, Silviano (1983). Imagens do remediado. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHWARZ, Roberto (1983). A velha pobre e o retratista. In: _____. (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1987). Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da (2008). *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo: Annablume, Fapesp.
- TELES, Gilberto Mendonça (2002). *Contramargem: estudos de literatura*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

Recebido em maio 2012.

Aprovado em outubro 2012.

resumo/abstract

Pobreza por subtração: *A festa*, de Ivan Ângelo

Frans Weiser

Em “Nacional por subtração” (1987), Roberto Schwarz analisa a exclusão das classes marginalizadas do debate sobre o caráter nacional brasileiro. Ao incorporar o argumento de Schwarz, bem como os cinco discursos sobre pobreza de Engbersen (1999), o presente ensaio contextualiza o tema da pobreza e sua discussão na história literária brasileira para posteriormente argumentar que *A festa* (1976), de Ivan Ângelo, constitui um exemplo de literatura de pobreza por subtração. Embora Ângelo exclua a voz do pobre do romance, ele o faz precisamente para salientar a maneira problemática por meio da qual tanto a literatura como a mídia professam representar os socialmente excluídos.

Palavras-chave: Ivan Ângelo, *A festa*, Roberto Schwarz, pobreza

Poverty by subtraction: *A festa*, by Ivan Ângelo

Frans Weiser

Roberto Schwarz highlights the exclusion of marginalized classes from discussions about Brazilian national identity in “Nacional por subtração” (1987).

Frans Weiser _____

Incorporating Schwarz's claim, as well as Engbersen's five discourses of poverty (1999), this article first contextualizes poverty and its discussion in Brazilian literary history before arguing that Ivan Ângelo's *A Festa* (1976) constitutes a type of literature of poverty by subtraction. Ângelo excludes the voice of the poor from the novel, yet he does so precisely in order to call attention to the problematic manner in which literature, journalism, and bureaucratic reports claim to represent the disenfranchised.

Keywords: Ivan Ângelo, *A festa*, Roberto Schwarz, poverty.